

Recurso em Sentido Estrito nº: 0345552-7
Comarca Origem: Salgueiro – 1ª Vara
Recorrente: José Ailton Ferreira da Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Euclydes Ribeiro de Moura Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

ACÓRDÃO

PENAL E PROCESSO PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. DECISÃO DE PRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA NÃO CONFIGURADA. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. MANUTENÇÃO DA PRONÚNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A materialidade do delito resta demonstrada pela perícia tanatoscópica de fls. 07/07v.
2. Embora sustente a defesa do acusado que agiu este em legítima defesa, o conjunto probatório não é forte o suficiente a ponto de permitir a exclusão da presença dos elementos exigidos para prolação da decisão de pronúncia.
3. O fato é que os depoimentos das testemunhas deixam algumas dúvidas quanto ao ocorrido, já que, há indícios de que pode haver tido uma provocação da vítima contra o acusado, e que esta estava armada com um pedaço de madeira para bater neste, ao passo que, há outros depoimentos que indicam que o próprio acusado estava com ambos os objetos, faca e pedaço de madeira, utilizando estes para desferir golpes contra a vítima.
4. Tem-se que há testemunhos presenciais do fato delituoso, havendo considerações feitas pela irmã da vítima, ouvida como informante, e outros depoimentos presenciais, tanto de testemunhas arroladas pela defesa como pela acusação acerca do ocorrido, acrescentando-se, ainda, as considerações do próprio pronunciado, a serem analisados juntamente com as demais provas colhidas ao longo da instrução.
5. É cediço que, tratando-se de crime de competência do Tribunal do Júri, é este que deverá avaliar a veracidade ou não dos depoimentos prestados nos autos. E, até o presente momento processual, há indícios de que seja o recorrente autor do homicídio descrito na denúncia.
6. Não se pode olvidar que, nessa fase processual, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri.
7. Decisão de pronúncia mantida.
8. À unanimidade, negou-se provimento ao recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso em sentido estrito nº 0345552-7, em que figuram, como recorrente, José Ailton Ferreira da Silva e, como recorrido, o Ministério Público de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da

Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso em sentido estrito, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 03 de setembro de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0345552-7
Comarca Origem: Salgueiro – 1ª Vara
Recorrente: José Ailton Ferreira da Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Euclydes Ribeiro de Moura Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso em sentido estrito interposto por **José Ailton Ferreira da Silva** contra a decisão de pronúncia proferida pelo juízo da 1ª Vara da Comarca de Salgueiro que o pronunciou, determinando o seu julgamento pelo Tribunal do Júri em razão da prática do crime capitulado no art. 121, §2º, II e IV, do CP, tendo como vítima Ednaldo Pereira.

Sustenta o recorrente que não poderia ter sido pronunciado, uma vez que agiu em legítima defesa própria, pugnando assim por sua absolvição sumária (fls. 108/112).

Contrarrazões às fls. 113/115v., pugnando pela manutenção da pronúncia.

Através da decisão de fls. 116, o MM Juiz a quo manteve a decisão atacada.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 125/127, opinando pelo improvimento do recurso.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 22 de agosto de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator

Recurso em Sentido Estrito nº: 0345552-7
Comarca Origem: Salgueiro – 1ª Vara
Recorrente: José Ailton Ferreira da Silva
Recorrido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador(a) de Justiça: Euclydes Ribeiro de Moura Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

A decisão de pronúncia tem por objetivo, tão somente, julgar admissível a acusação, remetendo o feito à apreciação do Tribunal do Júri. Tem como requisitos a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.

Assim é que não se exige a **prova da autoria**, que somente será definida durante o julgamento do acusado pela vontade soberana do júri.

Pois bem. Narra a denúncia que, no dia 08/04/2001, por volta das 17h00, na Travessa Umbelino de Sá Araujo, em Salgueiro, o denunciado, de inopino, utilizando-se uma faca peixeira, e sem nenhuma discussão, investiu contra a vítima Ednaldo Pereira, conhecido por "Nadô", e efetuou um golpe na região tóraco-abdominal, provocando-lhe a morte.

Consta da Exordial que a vítima retornava da residência de sua progenitora quando o increpado avistou e, inesperadamente, investiu contra a mesma, sacando a referida arma da sua cintura, a qual, na tentativa de se livrar do seu agressor, escorreu num monte de areiam caindo ao solo, e aproveitando-se daquela situação, o acusado lhe aplicou um violento golpe na vítima.

Observa-se, ademais, na peça acusatória que, a atual companheira do denunciado manteve um caso amoroso com a vítima, ensejando o nascimento de uma criança, motivo pelo qual o acusado nutria ciúmes contra o ofendido.

No presente recurso em sentido estrito, a defesa alega que o acusado atuou em legítima defesa própria, pugnando por sua absolvição sumária.

Pois bem. A materialidade do delito resta demonstrada pela perícia tanatoscópica de fls. 07/07v..

Quanto à autoria, apesar de alegar o acusado que agiu em legítima defesa, o conjunto probatório não é forte o suficiente a ponto de se constatar como ausentes os elementos exigidos por lei para prolação de decisão de pronúncia e submissão do réu a julgamento pelo Tribunal Popular, através de uma absolvição sumária como pretende o Recorrente.

Como se verifica, há provas nos autos, colhidas em sede de audiência de instrução e julgamento, às fls. 58/67, 72/76, de que há dúvidas quanto à origem da agressão sofrida pela vítima, não se sabendo ao certo se este apenas reagiu a uma injusta agressão por parte da vítima ou se, dolosamente, atentou contra a vida desta, até mesmo porque, uma das testemunhas de defesa alega que presenciou o fato, destacando que viu a vítima armada com um pedaço de madeira na mão, e que viu o acusado e vítima brigando, e o irmão do réu puxando o mesmo dizendo que ele tinha matado a vítima.

Como verificado, há testemunhas presenciais do ocorrido.

A testemunha MARIA DE FÁTIMA PEREIRA DAMÁSIO informou que presenciou o ocorrido, defendendo que "o fato se deu em frente a casa da tia da vítima; (...) que a vítima precisou de alguns pedaços de fio, tendo se dirigido até a sua residência; que ao sair da casa da avó, o réu apareceu; que a vítima tentou fugir pela casa de sua tia; que a vítima escorregou num monte de areia; que caído, o réu aproveitou e desferiu um golpe na vítima; que o réu ainda correu atrás da vítima mesmo após feri-la (...)"

A testemunha MARIA APARECIDA PEREIRA, quando ouvida (como informante), informando que presenciou o crime, declarou que: "(...) o fato se deu em frente a casa da depoente; que estava saindo de casa quando o fato acontecia; que ao sair de casa ouvia os gritos de seu irmão; que viu o réu com um pedaço de cacete na mão; que na outra mão o réu estava com uma faca; que a vítima não tinha nada nas mãos; que o réu partiu para cima da vítima; que a vítima pinotou para dentro do quintal; que a vítima retornou, tendo sido

derrubada por um golpe de cacete desferido pelo réu; que a vítima caiu; que o réu desferiu um golpe com a faca; que a vítima foi atingida; que o réu ainda torceu a faca; que tirou a faca e saiu correndo (...)"

A testemunha MARIA ZULEIDE DA CONCEIÇÃO, arrolada pela defesa, acrescentou que "(...) não presenciou o fato; que ouviu dizer que o réu matou a vítima; que soube que o réu caminhava quando foi xingado pela vítima que soube que a vítima armou-se com um pedaço de vara para bater no réu; que o réu estava indo trabalhar no matadouro; que o réu levava consigo uma faca, seu instrumento de trabalho (...)".

Pois bem.

É cediço que, na fase processual da pronúncia, vigora o princípio do *in dubio pro societate*, no sentido de que eventuais incertezas propiciadas pela prova se resolvem em favor da sociedade, as quais somente serão afastadas quando do julgamento do feito pelo Tribunal do Júri.

No caso dos autos, a prova testemunhal deixa algumas dúvidas quanto ao ocorrido, já que, há indícios de que pode haver tido uma provocação da vítima contra o acusado, e que esta estava armada com um pedaço de madeira para bater neste, ao passo que, há outros depoimentos que indicam que o próprio acusado estava com ambos os objetos, faca e pedaço de madeira, utilizando estes para desferir golpes contra a vítima.

Ora, dos depoimentos acima detalhados, tem-se que há testemunhos presenciais **do fato delituoso**, havendo considerações feitas pela irmã da vítima, ouvida como informante, e outros depoimentos presenciais, tanto de testemunhas arroladas pela defesa como pela acusação acerca do ocorrido, acrescentando-se, ainda, as considerações do próprio pronunciado, a serem analisados juntamente com as demais provas colhidas ao longo da instrução.

Há, portanto, indícios suficientes da autoria, de modo que o feito deve ser submetido ao tribunal do júri, que deverá analisar a veracidade ou não dos depoimentos das testemunhas acima referidas e, bem assim, da versão

trazida pelo réu, fazendo, ao final, a opção por uma das teses contidas nos autos.

Assim, tendo em vista as circunstâncias em que se deram o crime aqui analisado, em conjunto com os meios utilizados, ao menos nesta fase processual, não restaram demonstradas, inequivocamente, provas suficientes a ensejar a absolvição sumária como pretendido pela defesa, pelo reconhecimento da excludente de ilicitude perquirida.

A decisão de pronúncia, portanto, não merece qualquer reforma, porquanto preencheu os requisitos exigidos pela lei.

Diante do exposto, em consonância com o parecer da D. Procuradoria de Justiça em matéria criminal, voto pelo **improvemento do recurso**.

Recife, 03 de 09 de 2014.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator